

# CONTRAPONTO: SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL E REFORMA AGRÁRIA<sup>1</sup>

Roberto França da Silva Júnior<sup>2</sup>

Neste artigo faremos uma breve análise sobre o significado de desenvolvimento rural para dois autores. O primeiro, Ignacy SACHS, publicou um artigo no jornal "O Estado de São Paulo", no dia 14/11/00, cujo título é "*Desenvolvimento rural*"; e o segundo, Almir Guedes SORIANO, presidente da UDR, publicou um artigo no jornal "Gazeta Mercantil", no dia 16/10/00, intitulado "*Reforma agrária e desordem*".

Sachs em seu artigo propõe uma "ampla" reforma agrária, baseado no fato de estar ocorrendo o avanço das tecnologias da informação e de um maior desenvolvimento rural articulado à pluriatividade no mundo inteiro. A pluriatividade está na base da sua proposta de desenvolvimento rural e reforma agrária para que haja a promoção de empregos não-agrícolas no campo, conseqüentemente "dinamizando o mercado interno".

Schneider (1999, p.174), pesquisando a questão no Rio Grande do Sul, constatou que a população rural através da pluriatividade, dos empregos não-agrícolas e da agricultura em tempo parcial "vem elevando seu poder aquisitivo e passando a demandar uma variada gama de bens de consumo".

Segundo Graziano da Silva (1999, p.19), entre as pessoas que moram no campo, as que estão ocupadas em atividades não-agrícolas vivem em melhor situação que pessoas ocupadas em atividades agropecuárias. Estes autores confirmam a proposição de Sachs.

Realmente a pluriatividade é uma boa estratégia para o desenvolvimento rural, porém, em concordância com Alentejano

---

<sup>1</sup> Nota elaborada a partir da Disciplina Geografia Rural ministrada pelo professor Bernardo Mançano Fernandes em 2000.

<sup>2</sup> Graduando do 4º ano de Geografia da FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente. Bolsista de IC – FAPESP.

(1999), não é a única<sup>3</sup>. A partir da pesquisa do mesmo autor, conclui-se que se deve realizar políticas públicas que permitam a expansão desta atividade em assentamentos rurais, não apenas escrevendo artigos para fazer *propaganda* para o investimento do empresariado urbano, para o desenvolvimento rural.

A pluriatividade, conforme Alentejano (1999 p.150), pode significar "uma forma de acentuação da exploração capitalista (...). Não se pode, porém, ignorar o caráter de resistência que está presente em muitas formas de trabalho pluriativo, que representam uma negação da expansão das formas capitalistas de organização do trabalho e da produção."

Sachs não considera que falar em desenvolvimento rural seja "anacronismo". O forte êxodo rural ocorrido no Brasil na segunda metade do século XX, segundo Sachs, não significa que "o mundo rural está fadado a desaparecer". Pelo artigo, parece-nos que o autor está mais preocupado com as "*nossas cidades*"<sup>4</sup>, que propriamente com a reprodução e territorialização do campesinato, embora concordamos que as cidades não comportam um crescente aumento populacional, conforme as condições expostas pelo autor, como por exemplo o custo proibitivo das infra-estruturas urbanas e déficit habitacional "estorrecedor", entre outras. Na proposta de reforma agrária do autor não há preocupação com a alteração da estrutura fundiária concentrada<sup>5</sup>.

Parece-nos óbvio que o "mundo rural" não desaparecerá, por estarem territorializados bons negócios como a própria pluriatividade, proposta pelo autor para o desenvolvimento rural, os CAIs, e as empresas de biotecnologia e insumos. Outro bom negócio, infelizmente, é a especulação fundiária. Além dos negócios, no "mundo rural" ocorre

<sup>3</sup> Não concordamos que a pluriatividade deve ser a única saída (conforme pensa Graziano da Silva), pelo fato de existirem mais pessoas ocupadas na agricultura, mesmo reconhecendo o crescimento do trabalho não-agrícola. Outro fator importante a ser considerado é o fato das aptidões e raízes com a lida na terra: Alentejano (1999 p.169) considera que em algumas regiões as condições e as potencialidades para a agricultura familiar são mais favoráveis que a pluriatividade, devendo ser apoiadas por políticas públicas.

<sup>4</sup> Termo utilizado por Sachs.

<sup>5</sup> Sachs segue a mesma linha de pensamento de Graziano da Silva quanto a esta questão.

o processo de territorialização das lutas pela terra, o que nos leva a crer que o "mundo rural" realmente não desaparecerá<sup>6</sup>.

Já Almir Guedes Soriano tem uma postura reacionária e ainda mais conservadora que a de Sachs, com relação ao "desenvolvimento rural".

Soriano escreve que a política econômica implementada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, expõe o produtor rural brasileiro a uma "competição predatória" com os países desenvolvidos, além disso, o autor aponta que a falta de renda da atividade agropecuária, se "mantidos os atuais índices de remuneração", pode eliminar "a geração de empregos delas decorrentes." Ainda, condena as desapropriações de terras e o assentamento de pessoas no campo que o governo federal vem realizando. Para o autor, esta política vem desestabilizando o setor agropecuário de escala.

Segundo Soriano, há uma confusão por parte do governo entre reforma agrária e assistencialismo social, devido a esta política de assentamentos rurais: "E quem paga esta conta, (...), *somos nós, brasileiros*" (grifo nosso).

No Brasil não existe um plano de reforma agrária, e as ocupações de terra têm se tornado uma forma de pressão para a realização de assentamentos. O governo procurou solucionar este problema por meio da compra de terras ou desapropriações. De fato, esta política não é reforma agrária e quem paga a conta somos nós (não-latifundiários). Porém há de se ressaltar que a política de assentamentos beneficia os latifundiários, que vêem a oportunidade de venderem as terras por bons preços (Fernandes, 1999 p.8). Além deste atual momento de completo benefício dos latifundiários pelo pagamento das suas terras para assentamentos, a sociedade como um todo paga a renda da terra<sup>7</sup>. Vemos, portanto, diante de nós que realmente pagamos a conta, uma fala extremamente demagógica, pelo fato de Soriano representar os proprietários de latifúndios.

Tendo em vista a análise de dados referentes aos assentamentos, Fernandes (1999, p.8), levanta a hipótese de que uma parte do total de

<sup>6</sup> Tomamos como referencial para esta questão que "a territorialização do capital significa a desterritorialização do campesinato e vice-versa", conforme Fernandes (2000, p. 281).

<sup>7</sup> "a renda capitalista da terra (...) tem o caráter de um tributo social, o conjunto da sociedade paga pelo fato de que uma classe, a dos proprietários, ter o monopólio da terra" (Martins, 1981, p.164).

assentamentos é fruto de regularização de posse, outra diz respeito às ocupações. Na realidade os projetos de assentamentos rurais são "a menor parte".

Outra evidência que Fernandes (1999, p.8) aponta para provar que não existe um plano de reforma agrária, é o aumento da concentração fundiária, sendo que as implantações de assentamentos "não mexeram na estrutura fundiária do país".

Fernandes (1999) acaba nos mostrando que na realidade a política econômica gerou mais expulsão que assentamentos gerados pela política de assentamentos, prejudicando no nosso entendimento muito mais os camponeses que os ruralistas, que muito pelo contrário, concentraram ainda mais as terras nas suas mãos, sendo este fator responsável pelo aumento no número de ocupações.

Finalmente, podemos concluir que o debate sobre a reforma agrária e desenvolvimento rural é amplo, sendo discutidas por diversas pessoas de diversas linhas de pensamento envolvendo sobretudo a questão política. Porém, mesmo diante desta diversidade de pensamentos são basicamente duas correntes que se destacam. Uma que não quer alteração na estrutura fundiária e outra que considera que para a realização da reforma agrária é necessário que se democratize o acesso a terra, defendendo para tal a ocupação de terras para pressionar o governo. Os dois autores analisados, embora seguindo diferentes vias para o desenvolvimento rural, propõe uma reforma agrária "de cima para baixo" e não pela via camponesa.

## Referências Bibliográficas

ALENTEJANO, P.R.R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J.C. (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Ediupf, 1999. pp. 147-173.

FERNANDES, B.M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000. pp.279-302.

\_\_\_\_\_. **MST: formação e territorialização**. São Paulo, 1996. pp.29-64.

\_\_\_\_\_. Que reforma agrária? In: GEOUERJ – **Revista do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro**, 1999, nº 6, pp. 7-15.

GRAZIANO da Silva, J. A gestão das políticas na agricultura brasileira moderna. In: **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. In: **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. O novo rural brasileiro. In: **A O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas das novas PNADs . In: **A O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

MARTINS, J.S. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: **Os camponeses e política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999.